

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO



MANUAL DO PROCESSO CIVIL

4. EDIÇÃO

revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

MANUAL DO PROCESSO CIVIL

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO

4. ed. do livro *O Novo Processo Civil*

© desta edição [2019]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [01-2019]

Universitário [complementar]

Fechamento desta edição [07.12.2018]

SUPERIOR TRIBUNAL
BIBLIOTECA M. OSCAR S.

Nº

DATA



ISBN 978-85-5321-262-0

Sumário

Sobre os Autores	5
Apresentação	7
Nota à 4. Edição	9

Parte I **Noções gerais**

1.	Direito e processo	23
1.1.	Direito material e direito processual	23
1.2.	Posições jurídicas	24
1.3.	Crises efetivas e ameaças de crises na realização do direito material: a negativa de vinculação à ordem jurídica e os desacordos interpretativos	27
1.4.	Formas de solução dessas crises: do processo estatal à justiça multiportas, do processo individual ao processo coletivo e à coletivização	27
2.	Fontes do processo civil	29
2.1.	Dos dispositivos às normas, das normas ao sistema	29
2.2.	Da Constituição às leis e às decisões judiciais, dos precedentes à jurisprudência	30

3.	Processo civil e suas relações com o direito e com outros ramos do conhecimento humano	32
3.1.	O isolamento do processo civil: do isolamento jurídico ao isolamento científico	33
3.2.	A abertura para o direito material e para a realidade social ...	34
3.3.	O reconhecimento de sua dimensão constitucional e convencional	34
3.4.	A abertura para a teoria do direito e para a filosofia do direito	35
3.5.	Para além das fronteiras do direito: da epistemologia à filosofia, da economia à psicologia, da informática à inteligência artificial	36

Parte II

Do processo civil clássico ao novo processo civil: o compromisso com os direitos fundamentais e com a tutela dos direitos

1.	O Código Buzaid	39
2.	Ideologia e processo civil	41
3.	A distorção da fisionomia da ação cautelar inominada em nome da efetiva tutela dos direitos	45
4.	Os momentos teóricos que propiciaram a transformação do processo civil	47
4.1.	Tutela antecipatória: a dissociação entre tutela do direito e coisa julgada e a quebra da regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	47
4.2.	A técnica antecipatória e a distribuição do ônus do tempo do processo	49
4.3.	O desenvolvimento da teoria da tutela contra o ilícito (tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito): a distinção entre ato contrário ao direito e dano e o delineamento do processo civil de natureza preventiva	51
4.4.	A tutela específica do direito material e a sua correlação com a técnica processual adequada. As tutelas dos direitos, a legitimidade do uso da técnica processual, a quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução e a unificação entre conhecimento e execução	53

4.5.	Das "tutelas jurisdicionais diferenciadas" à "construção da ação adequada ao caso concreto"	55
4.6.	O "critério da adequada proteção dos direitos fundamentais processuais" como meio para a análise crítica do tecido normativo	59
4.7.	Os precedentes obrigatórios	60
4.8.	A teoria da tutela dos direitos	64
4.9.	O processo civil do Estado Constitucional	69

Parte III

Os institutos e as normas fundamentais do processo civil no Estado constitucional

Capítulo 1 •	Jurisdição	75
1.1.	A jurisdição nas teorias clássicas	75
1.2.	A ideia de pacificação social	77
1.3.	O constitucionalismo, a evolução da teoria da interpretação e a dissociação entre texto e norma jurídica	78
1.4.	Significado da norma jurídica editada pelo juiz	81
1.5.	A justificativa da norma "judicial"	83
1.6.	Legitimidade da norma "judicial", em especial da que afirma direitos fundamentais	86
1.7.	Da emissão da norma do caso concreto à tutela do direito	90
1.8.	Jurisdição ordinária e jurisdição das Cortes Supremas	92
1.9.	Justificativa de uma jurisdição de precedentes	99
1.10.	O problema da jurisdição exercida mediante duplo grau obrigatório. A necessidade de juízos únicos	102
1.11.	A necessidade de se pensar a atividade jurisdicional em sua dimensão pamprocessual	105
Capítulo 2 •	Ação	109
2.1.	A ação na história das doutrinas	109
2.2.	A ação no Código de 2015	113
2.3.	Direito fundamental de ação	116
2.3.1.	Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva	116

2.3.2.	O conteúdo do direito fundamental de ação	118
2.3.3.	A ação em perspectiva dinâmica.....	122
2.3.4.	Direito fundamental de ação como direito às técnicas processuais idôneas ao alcance das tutelas prometidas pelo direito substancial.....	123
2.4.	O direito fundamental de ação mediante a concretização de cláusulas abertas: o direito à construção da ação adequada ao caso concreto ...	127
2.4.1.	A ação diante do escopo de tutela dos direitos.....	127
2.4.2.	As tutelas jurisdicionais dos direitos	128
2.4.3.	A influência da tutela do direito sobre a ação	135
2.4.4.	Direito à participação, limitação da alegação e tutela do direito	137
2.4.5.	Técnica processual, realidade social e tutela dos direitos	140
2.4.6.	O direito à construção da ação adequada ao caso concreto ...	143
2.4.7.	Legitimidade da construção da ação segundo a tutela jurisdicional do direito	144
Capítulo 3 •	Defesa	147
3.1.	Defesa e jurisdição	147
3.2.	Defesa, tutela do direito e acesso à Justiça	147
3.3.	Defesa como direito de influir sobre o convencimento do juiz.....	148
3.4.	Direito às técnicas processuais idôneas à defesa efetiva.....	148
3.5.	Restrição às alegações de defesa.....	149
3.6.	Defesa e procedimentos que limitam a produção da prova	150
3.7.	Defesa e restrição do duplo juízo sobre o mérito	151
3.8.	Defesa e princípio da concentração do poder executivo do juiz.....	152
3.9.	Defesa <i>versus</i> ação diante do legislador e no caso concreto	153
Capítulo 4 •	Processo	157
4.1.	Da ideia de contrato à relação jurídica processual	157
4.2.	A crise da relação jurídica processual	159
4.3.	Processo e procedimento	160
4.4.	O processo no Estado constitucional	162
4.5.	Os ditos pressupostos processuais de constituição e de validade do processo	164

4.6.	Os pressupostos processuais em Bülow e Chiovenda	164
4.7.	Os ditos pressupostos processuais não podem ser vistos como requisitos para a existência do processo e para o julgamento do mérito	164
Capítulo 5 •	As normas fundamentais do processo civil.....	167
5.1.	Normas fundamentais	167
5.2.	Direito à tutela adequada, efetiva e tempestiva.....	168
5.3.	Dever de boa-fé.....	173
5.4.	Colaboração no processo civil	174
5.5.	Direito à igualdade e à paridade de armas.....	178
5.6.	Direito ao contraditório	180
5.7.	Dever de fundamentação analítica e direito à publicidade do processo.....	187

Parte IV

A tutela dos direitos no Código de 2015. A unificação das atividades de conhecimento e de execução

Capítulo 1 •	Técnica processual e tutela dos direitos	191
Capítulo 2 •	Procedimento comum.....	199
Capítulo 3 •	Fase postulatória	207
3.1.	Petição inicial	207
3.1.1.	Requisitos.....	208
3.1.2.	Emenda	221
3.1.3.	Indeferimento	222
3.1.4.	Improcedência liminar.....	223
3.1.5.	Deferimento	225
3.2.	Audiência de conciliação ou de mediação	225
3.3.	Atitudes do réu	227
3.3.1.	Contestação.....	229
3.3.2.	Reconvenção	234
3.3.3.	Revelia	236
3.4.	Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência	242

Capítulo 4 • Fase Organizatória	263
4.1. Organização do processo	263
4.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	267
Capítulo 5 • Fase Instrutória	273
5.1. Prova	273
5.1.1. Objeto da prova.....	274
5.1.2. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio	275
5.1.3. Ônus da prova.....	277
5.1.4. Fatos afirmados que não dependem de prova	282
5.1.5. Poder probatório do juiz	284
5.1.6. Prova emprestada.....	285
5.1.7. Fases do procedimento probatório.....	287
5.1.8. A prova indiciária.....	289
5.1.9. A prova e a ação inibitória.....	290
5.1.10. A obtenção antecipada de prova	292
5.2. Provas em espécie	296
5.2.1. Prova oral	296
5.2.1.1. Depoimento pessoal.....	296
5.2.1.2. Confissão	299
5.2.1.3. Prova testemunhal.....	305
5.2.2. Prova documental	310
5.2.2.1. Definição	310
5.2.2.2. Incidente de arguição de falsidade documental	320
5.2.2.3. Exibição de documento ou coisa	322
5.2.3. Ata notarial	325
5.2.4. Prova pericial.....	326
5.2.5. Inspeção judicial.....	331
5.3. Audiência de instrução e julgamento	332
Capítulo 6 • Fase Decisória.....	335
6.1. Sentença	335
6.1.1. Conceito e função	335
6.1.2. Sentença, decisão e justificação	339

6.1.3.	Elementos essenciais	341
6.1.4.	Congruência, pertinência e preclusão	349
6.1.5.	Classificação	353
6.2.	Técnica processual e tutela dos direitos	367
6.2.1.	Tutela específica	371
6.2.2.	Tutela inibitória, tutela de remoção do ilícito e tutela repara- tória.....	373
Capítulo 7 •	Fase de Cumprimento.....	393
7.1.	Efetivação das decisões judiciais mediante cumprimento de sentença. As sentenças que dependem de cumprimento e a atividade de execução.....	393
7.1.1.	Cumprimento de sentença, execução e sentença condena- tória.....	393
7.1.2.	A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	393
7.1.3.	Tipicidade e atipicidade das técnicas executivas.....	395
7.2.	Princípios fundamentais da execução	400
7.3.	Formas de execução e de cumprimento de títulos judiciais	409
7.3.1.	Execução direta e execução indireta.....	410
7.3.2.	Execução frutífera e execução infrutífera.....	410
7.3.3.	Cumprimento fundado em título definitivo e cumprimento fun- dado em título provisório	411
7.3.4.	Execução mediante o constrangimento da vontade do deve- dor.....	413
7.3.5.	Execução independentemente da vontade do devedor	424
7.4.	Títulos executivos judiciais.....	430
7.4.1.	Requisitos da obrigação a executar.....	436
7.5.	Liquidação da obrigação	438
7.6.	Procedimento de cumprimento de sentença.....	445
7.6.1.	Partes e terceiros	446
7.6.2.	Competência	448
7.6.3.	Os efeitos do início do cumprimento.....	449
7.7.	Cumprimento de sentença que impõe um fazer ou não fazer	449
7.8.	Cumprimento de sentença que impõe obrigação de prestar declaração de vontade	456

7.9.	Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa	458
7.10.	Cumprimento de sentença que impõe pagamento de quantia certa	462
7.11.	Suspensão e extinção do cumprimento de sentença	502
7.12.	Execuções especiais	503
7.12.1.	Cumprimento de sentença que impõe prestação alimentícia ..	504
7.12.2.	Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	507
7.12.3.	Ação de execução fundada em título executivo extrajudicial ...	510
7.12.3.1.	Ação de execução	510
7.12.3.2.	Ação de execução visando à realização de prestação de pagar quantia	514
7.12.3.3.	Ação de execução visando à realização de prestações de fazer, não fazer e entrega de coisa	519
7.12.3.4.	Ação de execução visando à realização de prestação alimentícia	525
7.12.3.5.	Ação de execução contra a Fazenda Pública	526
7.12.3.6.	A defesa no processo de execução. Os embargos do executado	528
Capítulo 8 •	Fase Recursal	537
8.1.	Recursos	537
8.1.1.	Conceito	537
8.1.2.	Classificação	539
8.1.3.	Normas fundamentais	542
8.1.4.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	548
8.1.5.	Efeitos	554
8.2.	Recursos em espécie	559
8.2.1.	Apelação	559
8.2.2.	Agravo de instrumento	565
8.2.3.	Agravo interno	568
8.2.4.	Embargos de declaração	570
8.2.5.	Recurso ordinário	574
8.2.6.	Recurso extraordinário e recurso especial	575
8.2.7.	Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial	589
8.2.8.	Embargos de divergência	591

Capítulo 9 • Processo nos Tribunais	595
9.1. Precedentes	595
9.2. Ordem dos processos nos tribunais	607
9.3. Incidentes recursais	610
9.3.1. Incidente de assunção de competência	610
9.3.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas	616
9.4. Ação rescisória	625
Capítulo 10 • Coisa Julgada	641
10.1. Conceito	641
10.2. Limites	643
10.3. Eficácia	649
10.4. Relativização da coisa julgada	651
Referências Bibliográficas	655
Obras dos Autores	661